



Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos - UNICEPLAC
Curso de Educação Física
Trabalho de Conclusão de Curso

Educação especial: adaptação e inclusão na educação física para
crianças com deficiências físicas

Gama-DF

2024

**ANDREW LIMA MELGAÇO
BEATRIZ DE SOUSA XAVIER**

Educação especial: adaptação e inclusão na educação física para
crianças com deficiências físicas

Artigo apresentado como requisito para conclusão
do curso de Licenciatura em Educação Física pelo
Centro Universitário do Planalto Central
Apparecido dos Santos – Uniceplac.

Orientadora: Prof^a Ma Gisele Kede Flor Ocampo

Gama-DF
2024

**ANDREW LIMA MELGAÇO
BEATRIZ DE SOUSA XAVIER**

**Educação especial: adaptação e inclusão na educação física para
crianças com deficiências físicas**

Artigo apresentado como requisito para conclusão
do curso de Licenciatura em 2024 pelo Centro
Universitário do Planalto Central Aparecido dos
Santos – Uniceplac.

Gama-DF, 01 de julho de 2024.

Banca Examinadora



Prof.ª. Ma Gisele Kede Flor Ocampo
Orientador



Prof. Dr. Arilson Fernandes Mendonça de Sousa
Examinador

Educação especial: adaptação e inclusão na educação física para crianças com deficiências físicas

Andrew Lima Melgaço¹
Beatriz de Sousa Xavier²

Resumo:

Esse trabalho aborda a importância da educação inclusiva para pessoas com deficiência física (PcD), enfatizando a necessidade de políticas públicas eficazes e estruturação escolar adequada para promover a acessibilidade e a participação plena desses alunos. A Resolução CNE/CEB nº2 estabelece diretrizes para sistemas educacionais criarem setores específicos de educação especial, garantindo recursos necessários para inclusão. A colaboração entre profissionais, pais e alunos é essencial para atender às necessidades individuais na Educação Inclusiva, usando métodos pedagógicos adequados para superar barreiras. A Educação Física é crucial no desenvolvimento integral das crianças, física, emocional e socialmente, requerendo abordagens inclusivas. Apesar dos avanços, desafios como falta de acessibilidade e recursos insuficientes persistem. A deficiência física exige adaptações no ambiente escolar e nos recursos educacionais para uma aprendizagem eficaz. A formação adequada de professores de Educação Física é essencial para práticas inclusivas e acesso igualitário aos conteúdos, destacando a importância de uma abordagem educacional diversificada e respeitosa.

Palavras-chave: Educação inclusiva; PcD; Acessibilidade; Políticas públicas.

Abstract:

This work addresses the importance of inclusive education for children with physical disability, emphasizing the need for effective public policies and adequate school structuring to promote accessibility and full participation for these students. CNE/CEB Resolution No. 2 establishes guidelines for educational systems to create specific special education sectors, guaranteeing necessary resources for inclusion. Collaboration between professionals, parents and students is essential to meet individual needs in Inclusive Education, using appropriate pedagogical methods to overcome barriers. Physical Education is crucial in the integral development of children, physically, emotionally and socially, requiring inclusive approaches. Despite advances, challenges such as lack of accessibility and insufficient resources persist. Physical disabilities require adaptations to the school environment and educational resources for effective learning. Adequate training of Physical Education teachers is essential for inclusive practices and equal access to content, highlighting the importance of a diverse and respectful educational approach.

Keywords: Inclusive education; PwD; Accessibility; Public policy.

¹Graduando do Curso de Licenciatura em Educação Física, do Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos – Uniceplac. E-mail: Andrewmelgaco19@gmail.com

² Graduanda do Curso de Licenciatura em Educação Física, do Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos – Uniceplac. E-mail: beatrizxavier0704@gmail.com

INTRODUÇÃO

A educação é um direito que deve ser concebido à todos, inclusive à crianças com dificuldades de aprendizagem. Sendo assim, como é instituído na Resolução CNE/CEB nº2, os sistemas de ensino devem constituir e fazer funcionar um setor responsável pela educação especial, dotado de recursos humanos, materiais e financeiros que viabilizem e dêem sustentação ao processo de construção da educação inclusiva (BRASIL, 2001).

Para isso, é importante que haja um trabalho em conjunto dos profissionais com os pais e alunos, acolhendo e incluindo aqueles que não se encaixam nos padrões da normalidade, entendendo suas características e necessidades. Assim, quando há uma união dessa parceria com as ferramentas pedagógicas e educacionais corretas, como: materiais didáticos adaptados, metodologias de ensino inclusivas, formação continuada para educadores, ambiente escolar acessível, planejamento educacional individualizado, práticas pedagógicas diferenciadas, redes de apoio (equipes multidisciplinares) e avaliação inclusiva, o trabalho de inclusão se torna efetivo.

Como componente curricular a Educação física desenvolve um papel importante no desenvolvimento desses alunos com deficiência inseridos nas escolas, pois pode trazer muitos benefícios, principalmente no desenvolvimento das capacidades afetivas, cognitivas, de integração e inserção social. No entanto, o processo de ensino e aprendizagem não se resume a simples repetições de exercícios, deve considerar as características dos alunos em todas as suas dimensões (CARNIEL, 2007).

Entretanto, apesar de muitos avanços, a inclusão de crianças com deficiências físicas na educação ainda enfrenta diversos desafios, tais como a falta de acessibilidade nas instalações escolares, a escassez de recursos materiais adequados, a carência de profissionais devidamente capacitados e a presença de barreiras atitudinais, que referem-se às atitudes, crenças e comportamentos de pessoas que impedem ou dificultam a inclusão e a participação plena de crianças com deficiências físicas na educação. Essas barreiras são frequentemente baseadas em preconceitos, estereótipos e falta de conhecimento sobre as capacidades e necessidades dessas crianças.

Partindo dessas informações, presente estudo tem como objetivo destacar a necessidade de medidas concretas para um ensino de qualidade, incluindo adaptações arquitetônicas e tecnológicas para garantir a acessibilidade, assim como a disponibilização de recursos materiais adequados.

Tudo isso por meio de uma sintetização das características da Educação física no Ensino Especial e as dúvidas que ainda permeiam esse assunto.

Deficiência física e incapacidade: conceito e características

A deficiência física caracteriza-se pela limitação na mobilidade, na coordenação motora, principalmente a fina, que pode dificultar a escrita e, em casos extremos, afetar a fala em diversos graus. Essa condição é geralmente causada por problemas neurológicos e neuromusculares, má formação adquirida. Em geral, a deficiência se manifesta no cérebro ou sistema locomotor, resultando em disfunção ou paralisia dos membros superiores e/ou inferiores (PADILHA, 2019).

É importante saber o que de fato caracteriza o termo "deficiência física" e as peculiaridades associadas a cada um dos seus tipos. Pois “Uma das importantes causas da exclusão das pessoas com necessidades especiais da sociedade pela não participação, quer seja nas atividades de vida diária ou em atividades sociais e recreativas, é a falta de informação e conhecimento mais precisos sobre elas” (ZUCHETTO; CASTRO, 2002).

Já na Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), levando em consideração a definição do termo “deficiência” e “incapacidade”, o conceito de deficiência refere-se exclusivamente a mudanças no corpo, enquanto o conceito de incapacidade é muito mais amplo, englobando os aspectos negativos da interação entre um indivíduo (com uma condição de saúde específica) e seus elementos contextuais (fatores pessoais ou ambientais), ou seja, algo que envolve uma relação dinâmica. É possível que alguém tenha uma deficiência (no nível corporal) sem experimentar qualquer tipo de incapacidade. Por outro lado, uma pessoa pode vivenciar a incapacidade sem possuir qualquer deficiência. Já quando se precisa aplicar a definição de deficiência à infância, a situação se torna mais complexa. A vivência de uma condição de saúde crônica e a incapacidade nas crianças e jovens diferem da dos adultos, principalmente por conta da natureza em constante evolução do desenvolvimento (NUBILA; BUCHALLA, 2008).

As crianças com deficiência física enfrentam dificuldades em várias áreas, como coordenação motora, fala e escrita. O aprendizado pode ser mais lento devido a essas limitações, mas, na maioria dos casos, a linguagem é adquirida sem grandes problemas. Os principais tipos de deficiência física, conforme definido pelo Decreto nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999, incluem paraplegia (perda total das funções motoras dos membros inferiores), tetraplegia (perda total da função motora dos quatro membros) e hemiplegia (perda total das funções motoras de um

hemisfério do corpo). Amputações, paralisia cerebral e ostomias (aberturas abdominais para uso de sondas) também são consideradas. Para ilustrar de uma forma mais detalhada, apresenta-se a seguir um quadro contendo os tipos de deficiência física:

Quadro 1 – Tipos de Deficiência Física

Tipo	Característica
Paraplegia	Perda total das funções motoras dos membros inferiores
Paraparesia	Perda parcial das funções motoras dos membros inferiores.
Monoplegia	Perda total das funções motoras de um só membro (inferior ou posterior)
Monoparesia	Perda parcial das funções motoras de um só membro (inferior ou posterior)
Tetraplegia	Perda total das funções motoras dos membros inferiores e superiores.
Tetraparesia	Perda parcial das funções motoras dos membros inferiores e superiores.
Triplegia	Perda total das funções motoras em três membros.
Triparesia	Perda parcial das funções motoras em três membros.
Hemiplegia	Perda total das funções motoras de um hemisfério do corpo (direito ou esquerdo)
Hemiparesia	Perda parcial das funções motoras de um hemisfério do corpo (direito ou esquerdo)
Amputação	Perda total ou parcial de um determinado membro ou segmento de membro.
Paralisia Cerebral	Lesão de uma ou mais áreas do sistema nervoso central, tendo como consequência alterações psicomotoras, podendo ou não causar deficiência mental.
Ostomia	Intervenção cirúrgica que cria um ostoma (abertura, ostio) na parede abdominal para adaptação de bolsa de coleta; processo cirúrgico que visa à construção de um caminho alternativo e novo na eliminação de fezes e urina para o exterior do corpo humano (colostomia: ostoma intestinal; urostomia: desvio urinário).

FONTE: <https://www.deficienteonline.com.br/deficiencia-fisica-tipos-e-definicoes__12.html>

Definimos então, que esses indivíduos possuem limitações duradouras, de ordem física, mental, intelectual ou sensorial, as quais, ao se depararem com múltiplas barreiras, podem ver sua participação na escola e na sociedade limitada (BRASIL, 2008).

No entanto, em vez de focar apenas na caracterização da deficiência, dificuldades ou limitações, é importante priorizar a compreensão da singularidade da história de vida de cada criança, suas necessidades, interesses, interações e relacionamentos com pessoas, objetos e

conhecimento. Pois crianças que possuem deficiência, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, cognitivas ou emocionais, possuem as mesmas necessidades essenciais de amor, proteção e cuidado, bem como desejos e sentimentos similares às demais crianças. Elas têm a oportunidade de compartilhar, se relacionar, aprender, brincar e buscar a felicidade, mesmo que, por vezes, de maneira diferente (BRASIL, 2006).

Inclusão na Educação física e a capacitação do profissional para atuar com PCDs (pessoas com deficiência)

Segundo Dalla (2019, p. 17), “diferente da educação tradicional, a educação inclusiva é uma educação de qualidade para todos, independentemente de seu talento, deficiência (sensorial, física ou cognitiva), origem socioeconômica, étnica ou cultural”.

A educação é um direito que deve ser concebido a todos, inclusive à crianças com dificuldades de aprendizagem. Sendo assim, como é instituído na Resolução CNE/CEB nº 2, os sistemas de ensino devem constituir e fazer funcionar um setor responsável pela educação especial, dotado de recursos humanos, materiais e financeiros que viabilizem e deem sustentação ao processo de construção da educação inclusiva (BRASIL, 2001).

Uma escola inclusiva é aquela que assegura a qualidade da educação fornecida a todos os seus estudantes, ao reconhecer e respeitar a diversidade, além de atender às necessidades e potencialidades individuais de cada um deles. Dessa maneira, uma escola só pode ser considerada inclusiva quando for estruturada para oferecer suporte a cada aluno, sem distinção de etnia, gênero, idade, deficiência, classe social ou qualquer outra característica (BRASIL, 2004, p. 7). Como já é do conhecimento da população Brasileira, algumas escolas ainda não estão prontas para acolher alunos com deficiência, devido a diversos motivos. Isso inclui a falta de preparo dos professores para atender às necessidades desses alunos de forma adequada, bem como a falta de orientação dos estudantes sem deficiência sobre como se relacionar e interagir de maneira inclusiva com seus colegas com deficiência (CIDADE; FREITAS, 2002).

Por meio do princípio da Inclusão, a Educação Física na escola precisa priorizar o estudante como centro, promovendo o desenvolvimento das habilidades de todos os alunos e garantindo-lhes acesso aos conteúdos propostos, com participação ativa. Para isso, é essencial adotar estratégias apropriadas, visando impedir situações de exclusão ou alienação (AGUIAR; DUARTE, 2005).

A importância da prática de exercícios físicos para pessoas com deficiência é clara, uma vez que contribui significativamente para a melhoria de seu bem-estar e qualidade de vida. Além

disso, permite que essas pessoas testem seus limites e habilidades, favorecendo a integração social e auxiliando em seu processo de reabilitação (LINS et al., 2019).

As práticas de exercício para pessoas com deficiência tiveram início visando a reabilitação de jovens feridos em combate, sendo introduzidas por Ludwig Guttman, um médico especializado em neurologia e neurocirurgia. Ele considerava essas práticas como um componente crucial no tratamento médico para a recuperação das habilidades comprometidas e na promoção da inclusão social. Desde então, essa abordagem se espalhou globalmente e desempenha atualmente um papel essencial na rotina dos participantes (CARNIEL apud ADAMS, 1985; ROSADAS, 1989; WINNICK, 2004). Por se mostrar essencial, teve uma crescente evolução, dando origem a Educação Física adaptada sendo introduzida no ambiente escolar.

A presença da EF nas instituições escolares é plenamente justificada, uma vez que possibilita a prática de atividades corporais que visam promover o desenvolvimento físico e psicológico dos alunos. A EF está diretamente ligada à cultura corporal de movimento e se manifesta através de jogos, danças, lutas, esportes e ginástica (CARNIEL, 2007). Embora a abordagem competitiva do esporte possa inicialmente parecer excludente, uma estratégia metodológica diferenciada pode transformar o esporte em uma prática inclusiva no contexto da Educação Física escolar (DALLA, 2019).

Por conta de suas atividades mais atrativas e do contato ampliado entre os estudantes, a Educação Física pode se tornar um espaço favorável para promover a convivência, o respeito às diferenças e a inclusão. No entanto, é importante destacar que as abordagens pedagógicas do professor podem potencializar ou prejudicar esse cenário (DALLA, 2019).

De acordo com Seabra (2006), o ensino de Educação Física nas escolas acompanhou o desenvolvimento do conceito de educação inclusiva, refletindo sobre a assistência aos alunos com necessidades educativas especiais. No entanto, de modo geral, esse grupo de alunos tem sido desfavorecido em termos de possibilitar o pleno exercício e aprimoramento de suas habilidades e personalidades nas aulas de Educação Física, o que resulta em uma prática ainda não totalmente inclusiva. Diante da ampla diversidade, não devemos mais conceber uma única abordagem para a Educação Física nas escolas, mas sim uma perspectiva que esteja sensível às particularidades, identificando, reconhecendo e incluindo cada uma delas, com o intuito de atendê-las, e não as excluir. Não se pode afirmar que existe um método definitivo para a Educação Física que funcione de forma universal no processo de inclusão. O professor deve possuir conhecimento e habilidade

para mesclar diferentes estratégias a fim de eliminar obstáculos e favorecer a aprendizagem de seus alunos. A diversidade presente na escola precisa ser compreendida e abordada de maneira individualizada pelos educadores (SEABRA, 2006).

Dentro do contexto da educação inclusiva, a Resolução CNE/CP nº1/2002 estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica. De acordo com essa resolução, as instituições de ensino superior devem conter em sua organização curricular formação docente voltada para a aceitação e uma abordagem inclusiva da diversidade, com ênfase no entendimento das particularidades dos alunos com necessidades educacionais especiais.

“Pode-se dizer que a atuação de um professor em suas aulas inclusivas é decorrente das suas experiências tanto academicamente, como profissionalmente, porém depende principalmente do interesse do profissional pela área de atuação” (NASCIMENTO et al., 2007).

Em um estudo feito por Neves (2015), dentre 40 entrevistados, 68% dos professores da Educação Física recém-formados em licenciatura no Centro Universitário de Brasília UniCEUB consideram a carga horária da disciplina PNE insuficiente.

Como mostra uma pesquisa realizada por Nascimento et al. (2007), a graduação não é o único recurso decisivo para a eficácia da intervenção profissional. É essencial que os profissionais responsáveis pela elaboração das estratégias na formação em Educação Física, especialmente no âmbito da Educação Física Adaptada, repensem as abordagens em uso, priorizando o equilíbrio entre os aspectos conceituais e procedimentais. Somente dessa forma poderão contribuir de maneira mais eficaz para a promoção de práticas seguras no dia a dia.

Segundo Dalla (2019), é fundamental que o conceito de educação inclusiva seja integrado de forma abrangente em todos os componentes curriculares do ensino superior, durante a formação inicial.

No entanto, dado que a inclusão é um processo dinâmico, também é essencial que esteja presente ao longo da carreira do educador, por meio de programas de desenvolvimento contínuo, com enfoque especial em abordagens colaborativas que levem em consideração as peculiaridades da Educação Física. Observa-se que a oferta de disciplinas nos cursos de graduação e pós-graduação frequentemente depende do engajamento e interesse dos professores, especialmente quando não há legislação, diretrizes ou políticas públicas que determinem a necessidade ou obrigatoriedade desse enfoque inclusivo.

Vários educadores e instituições de ensino demonstram disposição e consciência em relação à inclusão, contudo, sem a devida capacitação e conhecimento, as iniciativas acabam sendo

marcadas por tentativas e equívocos. Embora seja gratificante quando alcançamos sucesso, é essencial o fortalecimento de políticas públicas e medidas por parte das universidades e do Estado para garantir a formação adequada, de modo a eliminar os riscos de equívocos e exclusão (DALLA, 2019).

Acessibilidade e Estrutura escolar

Assegurar a matrícula de todas as crianças e jovens é fundamental para que possam ter acesso à educação, no entanto, apenas isso não é suficiente para garantir o acesso ao conhecimento. Garantir a acessibilidade física também é essencial para tornar o ensino acessível a todos, pois assegura que cada pessoa possa chegar à escola, circular pelo ambiente, utilizar todos os espaços de forma funcional e participar das atividades em sala de aula (BRASIL, 2004).

A acessibilidade está ligada à necessidade de adaptar o ambiente escolar para acolher de maneira equitativa todas as crianças com limitações de mobilidade, assegurando os direitos das crianças com necessidades específicas e integrando-as plenamente no contexto escolar. A instituição de ensino precisa garantir ao estudante com dificuldade de locomoção um espaço apropriado, que permita que ele se desloque facilmente, sem que as limitações de sua deficiência sejam um obstáculo. Isso é fundamental para promover a autonomia e liberdade do aluno, não apenas dentro da escola, mas também na convivência social. A ausência de infraestrutura muitas vezes resulta na baixa admissão desses estudantes nas escolas, devido à falta de suporte adequado para suas necessidades específicas (ARAÚJO; BONFIM, 2017).

Conforme a legislação federal, estadual e municipal sobre educação, é responsabilidade das escolas adotar oficialmente como princípio educacional a asseguarção do acesso ao conhecimento para todos. Essa medida resulta em implicações concretas tanto financeiras quanto administrativas e técnicas. Devido à relevância desse compromisso, é fundamental submetê-lo à aprovação do Conselho Escolar, o que certamente fortalecerá a sua implementação (BRASIL, 2004).

A escola como um espaço inclusivo tem sido tema de diversas reflexões e discussões. A concepção da escola como um local inclusivo nos leva a considerar os aspectos físicos e comportamentais que permeiam o ambiente escolar, onde elementos como arquitetura, engenharia, transporte, acesso, vivências, saberes, emoções, atitudes, valores, entre outros, coexistem, formando um contexto extremamente complexo. A partir disso, o debate em torno de uma escola para todos tem gerado muitas discussões sobre programas e políticas de integração de estudantes

com necessidades especiais. A principal polêmica gira em torno de como promover a inclusão de forma responsável e eficaz na escola (CIDADE; FREITAS, 2002).

Além de um planejamento adequado, a ausência de políticas públicas é um obstáculo para a inclusão nas escolas regulares. Somente com políticas públicas de inclusão eficazes é possível promover a Educação Inclusiva, uma vez que há desafios mais amplos que vão além do controle do educador, como questões ligadas ao transporte, barreiras sociais e arquitetônicas. Dalla apud (PEREIRA, 2014).

Sendo assim, ao falar de inclusão no ambiente escolar, não é apenas o professor que deve buscar capacitação, mas a própria escola deve colocar-se disposta às mudanças (MARTINS et al apud FREITAS; CASTRO, 2004). Segundo dados do Ministério da Educação (MEC) são 47.933 instituições de ensino que não possuem qualquer tipo de item de acessibilidade, como: rampas, corrimões, elevadores, pisos táteis ou sinais sonoros. Esse número corresponde a 26,9% do total de escolas brasileiras.

Além disso, é essencial também “a diversidade de materiais em uma aula de Educação Física, que além de favorecer a atração da criança pela atividade e pela aula, permite que o professor possa planejar aulas diferentes com maior opção de estratégias” (DALLA, 2019).

Assim, garantir a disponibilidade ou produção desses recursos torna-se uma forma de a instituição de ensino aprimorar a prestação de serviços e incentivar a aprendizagem em um ambiente equitativo.

Conforme a Secretaria de Educação Especial (BRASIL, 2004), a existência de necessidades educacionais especiais para o acesso ao conhecimento, requer o oferecimento de respostas de vários tipos:

- Disponibilidade de professor ou instrutor da língua de sinais, para o ensino de alunos surdos.
- Disponibilidade de professor de braille para favorecer o ensino de alunos cegos.
- Disponibilidade de equipamentos e materiais especiais para o ensino de alunos cegos (reglete, soroban, livro didático em braille, máquina de datilografia em braille, computador, softwares especializados para deficiência visual, tais como leitores de tela.
- Disponibilidade de equipamentos e materiais especiais para o ensino de alunos com baixa visão (lupa, livros didáticos com letras ampliadas, etc).
- Disponibilidade de equipamento de informática e de softwares educacionais, para o ensino de alunos com dificuldade de comunicação oral.
- Disponibilidade de outros recursos didáticos para o ensino de alunos com dificuldade de comunicação oral (dicionários da língua brasileira de sinais LBS e outros).
- Disponibilidade de equipamento de informática e de softwares educacionais para o ensino de alunos com dificuldades de aprendizagem.
- Disponibilidade de mobiliário adaptado para os alunos com dificuldades motoras.

A escola que pretende ser inclusiva deve se planejar para gradativamente implementar as adequações necessárias, para garantir o acesso de alunos com necessidades educacionais especiais à aprendizagem e ao conhecimento (BRASIL, 2004).

Desde 2004, avanços significativos foram feitos na área da educação inclusiva, mas os desafios e as necessidades descritas continuam presentes. A tecnologia, por exemplo, evoluiu, proporcionando novas ferramentas e recursos que podem melhorar a aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais. No entanto, o compromisso com a disponibilização desses recursos e a formação de profissionais qualificados continua sendo crucial.

Portanto, um ambiente acessível engloba todas as ações diárias de convivência e aprendizado de um indivíduo, vai muito além do que uma simples ferramenta para sair e entrar em locais públicos ou privados.

Enquanto houver a ideia de que o espaço físico deve ser reservado exclusivamente para indivíduos que se moldam ao que é considerado padrão pela sociedade, ainda persistirá a percepção limitada de que acessibilidade e inclusão se resumem a algumas vagas de estacionamento para pessoas com deficiência ou rampas em espaços públicos (ARAÚJO; BONFIM, 2017). “Possibilitar oportunidades e igualdade para todos é um dever do Estado; porém, não podemos nos esquecer de que cada um de nós tem o também o dever de fazer a sua parte, para que a inclusão seja realizada de forma concreta” (ARAÚJO; BONFIM, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão educacional para crianças com dificuldades de aprendizagem e deficiências físicas é um direito fundamental que deve ser garantido por meio de políticas adequadas e práticas inclusivas. A Resolução CNE/CEB nº2 destaca a necessidade de sistemas de ensino estruturados com recursos humanos, materiais e financeiros para apoiar a educação especial e promover um ambiente verdadeiramente inclusivo. A colaboração entre profissionais da educação, pais e alunos é essencial para atender às necessidades específicas de cada indivíduo, garantindo que todos sejam acolhidos e incluídos.

A Educação Física, como componente curricular, desempenha um papel crucial no desenvolvimento afetivo, cognitivo e social dos alunos com deficiências. No entanto, é necessário adaptar o processo de ensino para considerar as características individuais dos estudantes, indo além de simples repetições de exercícios. A formação adequada dos professores é vital para que possam lidar com a diversidade e promover um ambiente de aprendizado inclusivo, superando desafios como a falta de acessibilidade, recursos materiais insuficientes e a carência de profissionais capacitados.

Para garantir uma educação de qualidade e inclusiva, as instituições de ensino devem adaptar sua infraestrutura para assegurar a acessibilidade, desde rampas e elevadores até materiais didáticos apropriados para alunos com necessidades especiais. A formação contínua dos educadores e a implementação de políticas públicas eficazes são fundamentais para promover a inclusão. A inclusão educacional deve ser vista como um compromisso com a equidade e o respeito à diversidade, e através de um esforço coletivo e contínuo, será possível transformar a educação em um espaço verdadeiramente inclusivo e acessível a todos.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, João; DUARTE, Édison. Educação inclusiva: um estudo na área da Educação Física. **Rev. Bras. Edição Especial**, Campinas, v. 11, n. 2, p. 223-240. Ago. 2005.
- ARAÚJO, Dalila; BONFIM, Evandro. Uma Escola Acessível para crianças com Deficiência. **Revista dos Discentes da Faculdade Eça de Queirós**, São Paulo, n. 9, p. 1-4, maio de 2017.
- BRASIL. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. Acesso em: 05 maio, 2024.
- BRASIL. Educação Inclusiva: a escola. V.3. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004.
- BRASIL. Educação Infantil: Saberes e práticas da Inclusão. 4. ed. Brasília: MEC/ SEESP, 2006.
- BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC, janeiro de 2008.
- BRASIL. **Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001**. Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Diário Oficial da União: Seção 1E, Brasília, DF, 14 set. 2001.
- BRASIL. **Resolução CNE/CP Nº1**, de 18 de fevereiro de 2002. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, 9 de abril de 2002.
- CARNIEL, Aline. **Revista digital** - Buenos Aires, Nº 104, p. (1-17), janeiro de 2007.
- CASTRO, Maria. **Infraestrutura: 27% das escolas brasileiras não são acessíveis para PCDs**. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.uniceub.br/destaque/escolas-brasileiras-nao-sao-acessiveis-para-pessoas-com-deficiencia/>. Acesso em: 23 jun. 2024.
- CIDADE, R.; FREITAS, P. Educação Física e Inclusão: considerações para prática pedagógica na escola. **Revista Eletrônica Sobama**. 2002.
- DALLA, Vicente. Guia de Inclusão na Educação Física na Escola Comum. **Conselho Editorial Internacional**, Coleção Inclusão, Goiânia, p. 1-104, 2019. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/559856/2/LIVRO%20DIGITAL%20GUIA%20DE%20INCLUS%C3%83O%20NA%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20F%C3%8DSICA%20NA%20ESCOLA%20COMUM.pdf>

DI NUBILA, Heloísa; BUCHALLA, Cassia. O papel das Classificações da OMS – CID e CIF nas definições de deficiência e incapacidade. **Rev Bras Epidemiol**, São Paulo, p. 324-335, 2008.

GONZAGA, Ana. **Materiais adaptados ajudam a incluir**. 2012. Disponível em: <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/350/materiais-adaptados-ajudam-a-incluir>. Acesso em: 23 jun. 2024.

LINS, Bruno et al. A importância da atividade física na inclusão dos alunos com deficiência. Pernambuco, p. 1-12, 2019.

MARTINS, L. et al. Inclusão de pessoas com deficiência na educação física escolar: um desafio possível ou utopia? São Paulo, v. 17, n. 2, p. 185-192, jul. 2019.

NASCIMENTO, K. P. et al. A formação do professor de Educação Física na atuação profissional inclusiva. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 6, n. 3, p. 53-58, 2007.

NEVES, Samuel. A Capacitação do professor de Educação Física para o ensino Inclusivo. **UniCEUB**, Brasília, p. 1-32, 2015.

PADILHA, Marisa Fátima. Deficiência Física: Fundamentos e Metodologias. 2. ed. **Uniasselvi** – Indaial, p. (1-182), 2019.

SEABRA, Luiz. Inclusão: considerações sobre as pessoas com necessidades especiais na escola. **Unesp**, p. 104-111, 2006. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/41552/1/01d19t06.pdf>

ZUCHETTO, Ângela Teresinha; CASTRO, Rosângela Laura Ventura. As Contribuições das Atividades Físicas para a Qualidade de Vida dos Deficientes Físicos. **Revista Kinesis**, Santa Maria, N° 26, p. 52-166, maio de 2002.

Agradecimentos

Primeiramente, agradeço a Deus, por ter me dado saúde, força e sabedoria ao longo dessa jornada acadêmica, por me encorajar e não me permitir desistir.

Agradeço ao meu esposo e meus pais, pelo amor, apoio constante e por acreditarem em mim, mesmo nos momentos de dúvida e insegurança. Sem vocês, nada disso seria possível. Agradeço também ao meu irmão por sempre estar ao meu lado e me incentivarem a seguir em frente, mesmo de longe.

A minha orientadora, Professora Gisele Kede, pela orientação precisa, paciência e incentivo durante todas as etapas deste trabalho. Sua dedicação, experiência, conhecimento e compromisso com a minha formação foram essenciais para a conclusão deste TCC.

Agradeço a todos os professores do curso de licenciatura em Educação Física, que compartilharam seus conhecimentos e experiências ao longo desses anos, contribuindo de maneira significativa para a minha formação acadêmica e pessoal.

Aos meus colegas e amigos de curso, pela companhia, apoio e pelas incontáveis horas de estudo, trocas de experiência e discussões produtivas. Vocês tornaram essa jornada mais leve e prazerosa.

À minha instituição de ensino, UNICEPLAC, por proporcionar um ambiente de aprendizado enriquecedor e por todos os recursos disponibilizados.

Aos profissionais e participantes que contribuíram direta ou indiretamente para a formação da profissional que sou hoje, para a realização desta pesquisa, por dedicarem seu tempo e conhecimento, fundamentais para a obtenção dos resultados apresentados.

Por fim, agradeço a minha pessoa, pois a realização deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é resultado de muita pesquisa, esforço e tempo gasto.

A todos que fizeram parte da minha jornada acadêmica, minha mais sincera gratidão.

Beatriz de Sousa Xavier

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, que fez com que meus objetivos fossem alcançados durante todos os meus anos de estudos.

Aos meus pais, que sempre estiveram ao meu lado em todas as etapas deste curso. O apoio incondicional, amor e incentivo foram essenciais para que eu pudesse superar os desafios e chegar até aqui.

Quero agradecer à minha namorada, que me apoiou incansavelmente em todas as fases deste curso. Sua paciência, compreensão e carinho foram fundamentais para que eu pudesse manter o equilíbrio emocional e alcançar a conclusão deste TCC.

Aos meus amigos, por me animarem e compreenderem minha ausência enquanto eu me dedicava à realização deste trabalho.

Agradeço à professora Gisele Kede, por ter sido minha orientadora e desempenhado tal função com dedicação e amizade.

Aos professores, pelas correções, ensinamentos e amizade, que me permitiram apresentar um melhor desempenho no meu processo de formação profissional ao longo do curso.

Aos meus colegas de curso, com quem convivi intensamente durante os últimos anos, pelo companheirismo e pela troca de experiências que me permitiram crescer não só como pessoa, mas também como formando.

Gostaria de agradecer à instituição de ensino, UNICEPLAC, que me proporcionou todas as ferramentas necessárias para o desenvolvimento deste trabalho. Seu corpo docente e equipe administrativa foram fundamentais para minha formação acadêmica e profissional.

Por fim, agradeço a todos que, direta ou indiretamente, me ajudaram e fizeram parte da minha jornada acadêmica.

Andrew Lima Melgaço